

## **As proposições prescritivas das Nações Unidas para a América Latina lidas à luz dos escritos de Rodolfo Stavenhagen e Pablo González Casanova<sup>1</sup>**

Maria José de Rezende<sup>2</sup>

### **Introdução**

Não se pretende exigir dos elaboradores dos Relatórios Regionais do Desenvolvimento Humano (RRDHs)<sup>3</sup>, referentes à América Latina, análises e proposições acadêmicas, em geral, ou sociológicas, em particular. Sabe-se que tais documentos, ainda que produzam conhecimentos<sup>4</sup> e dados empíricos relevantes e, comumente, sejam utilizados em pesquisas, artigos, livros e salas de aula, não convêm forçar sua equiparação às discussões acadêmicas de modo geral<sup>5</sup>.

Não é indicado também fazer, a estes documentos, cobranças incabíveis desconsiderando a sua natureza política e discursiva. Eles possuem singularidades que devem ser levadas em conta. Entre estas está o fato de que são produções técnicas, encomendadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com a pretensão de orientar governantes, sociedade civil organizada, lideranças políticas, Organizações não-governamentais e organismos internacionais.

Todavia, além de seus diagnósticos e prescrições técnicas, eles externam também posturas políticas e ideológicas. Estas últimas são constatadas nas idealizações presentes

---

<sup>1</sup>Partes distintas deste trabalho foram apresentadas e registradas nos anais do XI Congresso ABRASD (Associação Brasileira de pesquisadores em Sociologia do direito) ocorrido entre 19 e 23 de outubro de 2020 e no 1º Congreso latino-americano Crisis mundial y geopolítica do Centro de Investigaciones en Política y Economía (Ciepe), ocorrido em Buenos Aires no mês de novembro e dezembro de 2020.

<sup>2</sup>Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP. Professora de Sociologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Membro do corpo docente do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio). Nacionalidade: Brasileira. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3426-910X> E-mail: [mjderezende@gmail.com](mailto:mjderezende@gmail.com)

<sup>3</sup>Serão considerados nesta análise os seguintes documentos: (PNUD/RRDH, 2009-2010; 2013-2014; 2016; PNUD/RDHM, 2009-2010).

<sup>4</sup> Cláudio Zincke e Elaine González (2006) discutem sobre os impactos dos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) no Chile e demonstram que esses documentos produzem conhecimentos que são apropriados de diversas maneiras.

<sup>5</sup> Há trabalhos acadêmicos que utilizam os Relatórios Globais do Desenvolvimento Humano em suas referências bibliográficas (Cândido, 2010; Matoso, 2014). Outros lançam mão desses relatórios para extrair dados empíricos (Estensoro, 2003) ou para chamar a atenção sobre os problemas sociais agudos na atualidade (Bauman, 2008; Faria, 1991; Pinheiro, Poppovic, Kahn, 1994). Existem ainda os cientistas que tomam os seus diagnósticos e prescrições como objetos de estudos (Wilke, 2017) ou como modo de medir seus impactos nas políticas públicas e no meio acadêmico (Zincke e González, 2006).

nos documentos. Idealizações estas que encobrem, em algumas condições, as dificuldades de construção de políticas de desenvolvimento humano. Por estas e outras razões, ainda que sejam influenciados pelos debates acadêmicos, percebe-se que seus formuladores evitam travar, ao menos abertamente, embates acadêmicos. Mas, é fato constatável, nos próprios documentos, que seus elaboradores dialogam, expressivamente, com o que é produzido pelas Ciências Sociais.

O PNUD, desde 1990, tem encomendado, encampando e divulgando, anualmente, os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs). Esses documentos globais tratam de diversas temáticas, tais como: participação política, pobreza multidimensional, globalização, direitos humanos, desigualdades, democracia, migração, educação, trabalho, cooperação internacional, saúde, entre outras. Os RRDHs – atinentes à América Latina – são extensões circunstanciadas dos globais. O PNUD encomenda, edita e divulga os relatórios regionais (por continente) e os nacionais (por países).

São materiais extensos que têm de ser decifrados, por partes, à luz do contexto social e histórico no qual eles se inserem. Sem levar em conta inúmeros fenômenos políticos e econômicos, não é possível entender os seus significados políticos para o século XXI. Portanto, é necessário, do ponto de vista dos procedimentos de pesquisa, analisar esses materiais contemplando a sua construção interna (análise textual<sup>6</sup>), mas, principalmente, o contexto externo que os tornou possível como parte de jogos configuracionais diversos.

Bauman afirma que, para Norbert Elias (2001; 2001 a.; 2001b), “[as] ações e ideias não podem ser explicadas e entendidas se forem tratadas isoladamente; elas precisam ser entendidas e explicadas dentro do esquema da figuração<sup>7</sup>” (Bauman, 2010, p.197). Toda “configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos [agentes], que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários” (Elias, 1999, p.142).

Busca-se, através de uma análise histórico-hermenêutica, valorizar os diversos materiais, utilizados neste estudo, como possuidores

---

<sup>6</sup> Não se parte da “autonomia do argumento em relação às complexidades configuracionais geradoras dele” (Rezende, 2015, p.35).

<sup>7</sup> As relações de interdependências estão na base dos jogos configuracionais (Elias, 2001). Estados, governos, organismos internacionais, organizações da sociedade civil, instituições sociais diversas formam várias configurações em constantes jogos interacionais e interdependentes (Elias, 2006; 2006<sup>a</sup>; 2006<sup>b</sup>).

de significados que podem ajudar a desvendar uma época, não somente pelo que ele oculta, mas, principalmente, pelo que ele explicita das relações entre múltiplas configurações interdependentes (...) as quais devem ser entendidas, conforme diz Elias (1999: 142), como um feixe de tensões flexíveis que tornam possível um entrançado de inter-relações, situações e circunstâncias (Rezende, 2015, p. 35).

Ler os Relatórios Regionais do Desenvolvimento Humano (RRDHs), referentes à América Latina, à luz das análises de Rodolfo Stavenhagen<sup>8</sup> e Pablo González Casanova<sup>9</sup> não significa cobrar desses documentos uma análise com o refinamento teórico-metodológico desses pensadores sobre os caminhos e descaminhos do processo socioeconômico e político do continente, no final do século XIX e no limiar do século XXI. Os textos desses cientistas são de caráter acadêmico e operam com essas contextualizações sócio-históricas e espaciais. Há diferenças (no que tange aos textos dos RRDHs e aos dos cientistas sociais selecionados para este estudo) provenientes da própria natureza dos materiais envolvidos nesta investigação. Há diferenças também políticas e ideológicas entre os materiais selecionados para este estudo.

Por isso, se tentará tão somente lançar alguns fachos de luz, extraídos dos escritos de Stavengahen e de González Casanova, sobre os diagnósticos e prescrições presentes nos RRDHs. Não se pretende fazer comparações. Considera-se mais fértil perceber como o que é produzido nas Ciências Sociais Latino-americanas aparece de um modo, ou de outro, refletido, de maneira próxima e/ou distanciada, em documentos dessa natureza<sup>10</sup>.

O Relatório do Desenvolvimento Humano para América Central, 2009-2010, faz a seguinte observação: *“Mucho se ha escrito y debatido sobre los méritos y límites de la interpretación versus la demostración como métodos de las ciencias sociales, pero acá no hay lugar para entrar en este asunto”* (PNUD/RRDH, 2009-2010, p.156). Essa passagem

---

<sup>8</sup> Rodolfo Stavenhagen (1932-2016), além de professor e investigador, foi relator especial dos estudos acerca da situação dos indígenas na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, subdiretor geral da divisão das Ciências Sociais da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e Investigador de estudos laborais da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

<sup>9</sup> Pablo González Casanova (1922) ocupou diversos cargos universitários e foi presidente da Associação Latino-americana de Sociologia. Coordenou o projeto intitulado Perspectivas para a América Latina, patrocinado pela Universidade das Nações Unidas. É um dos intelectuais mais respeitados pelo movimento indígena mexicano por sua perspectiva crítica e independente.

<sup>10</sup> Sobre isso ver: (PNUD/RRDH, 2009-2010). Nesse relatório aparecem citados cientistas sociais latino-americanos de grande envergadura, tais como: E. Torres-Rivas; Manuel Garretón; Angél Saldomando, entre outros.

indica que há diálogos entre o que se produz no mundo acadêmico e o que se produz em documentos como os RDHS e RRDHs.

Circundam, este estudo, as proposições prescritivas<sup>11</sup>, de constituição de formas específicas de desenvolvimento, dos cientistas sociais Rodolfo Stavenhagen e Pablo González Casanova que, ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, se empenharam em construir teorias, práticas e saberes capazes de enfrentar as exclusões historicamente sedimentadas de alguns grupos sociais. Constata-se que as propostas de geração do etnodesenvolvimento e do desenvolvimento territorial participativo, autônomo e sustentável expressam diálogos críticos com um amplo leque de embates sobre o desenvolvimento econômico e social que predominou na América Latina após a Segunda Guerra Mundial.

Rodolfo Stavenhagen não rechaçava, de modo integral, a noção de desenvolvimento<sup>12</sup> (1984), destacava, sim, as muitas omissões presentes nas teorias do desenvolvimento que tinham como foco maior a economia industrial e pouco considerava a economia agrícola camponesa. Todavia, as teorias do desenvolvimento desconsideravam não somente o camponês, o campesíndio (Bartra, 2008), mas também as mulheres e crianças, os quais se tornavam invisíveis. No entanto, ele ressaltava que havia um “ponto-cego paradigmático” (1984, p.24): a dimensão étnica, a qual teria sido, ao longo do século XX, sequer percebida como relevante. O etnodesenvolvimento seria, então, a tentativa de trazer para o campo de visão científica e de ação prática a questão étnica, a qual não era sequer percebida e muito menos contemplada, como relevante, nas proposições prescritivas sobre desenvolvimento.

Para Norbert Elias (1999<sup>a</sup>, p.162), “talvez a verdadeira razão pela qual o desenvolvimento social se nos afigura tão desconcertante, seja o fato de os nossos esforços se dirigirem menos para a compreensão e explicação daquilo que realmente acontece e para

---

<sup>11</sup> Podem se denominar tais proposições de prescritivas porque elas têm como intuito básico alterar as ações e os procedimentos de todas as configurações (Estados, governos, organizações da sociedade civil, organismos internacionais, entre outras) sociais que estejam ocupadas em produzir e alcançar melhorias sociais para as populações em condição de exclusão profundamente arraigada. Essa definição de proposição prescritiva, ainda que aplicada a uma situação muito distinta, está inspirada em: (Bobbio, 2003).

<sup>12</sup> Segundo Stavenhagen (1984) eram tantas as definições de desenvolvimento que esta noção foi gerando uma multiplicidade de orientações tanto teórico-conceituais quanto práticas. Não é possível dizer que há uma definição única de desenvolvimento. Existem muitas. Todas trazem implicações políticas e ideológicas de grande monta.

a elaboração de um diagnóstico, do que para a elaboração de um esperançoso prognóstico”. Isto, elucida como vão se formando alguns pontos-cegos paradigmáticos.

As proposições prescritivas sobre as formas de alcançar o desenvolvimento social, o desenvolvimento territorial participativo, o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento humano e o etnodesenvolvimento podem ser estudadas no que concerne aos seus significados ideológicos, políticos, teóricos e práticos. No entanto, não é possível dar conta de todas essas dimensões no âmbito de um único artigo.

Neste estudo, deseja-se mapear as proposições prescritivas presentes nas discussões de dois intelectuais que marcaram, com suas posições, a sociologia do desenvolvimento latino-americana. Porém, suas contribuições levaram a uma reorientação (Fals Borda, 1990; 1985) das Ciências Sociais em geral e da Sociologia e da Antropologia do desenvolvimento (Quijano, 1988; 1993; 1998; 2000; 2002; 2005; 2014; Stavenhagen, 1965, Fals Borda, 1988; 2007; 2014; 2015) em particular. Pode-se dizer, ainda, que as reflexões de González Casanova e de Stavenhagen - conquanto distintas, já que elas não repeliam o tema do desenvolvimento, mas o reenquadravam - foram tomadas, de algum modo, como lastros para críticas mais profundas às perspectivas alinhadas do desenvolvimentismo (Viola, 2000; Escobar, 2007, Ferguson, (2011; 2012).

Tem-se como objeto de estudo as proposições prescritivas formuladas pelos dois pensadores sociais latino-americanistas que foram escolhidos, entre muitos outros, para esta investigação, e aquelas formuladas pelos produtores e encampadores dos RRDHs e atinentes à América Latina.

Com o objetivo de tornar exequível a presente exposição, esta análise se acercará das proposições prescritivas, existentes nos RRDHs e nos dois autores abordados neste artigo, referentes à reversão das exclusões profundas que atingem os camponeses pobres da América Latina. Por isso, com inspiração nos escritos de R. Stavenhagen e P. González Casanova, pode-se perguntar: De que modo as proposições prescritas, que escoram os RRDHs referentes à América Latina, se ocupam da exclusão e da pobreza que assola a vida do camponês indígena<sup>13</sup> latino-americano? As prescrições constantes nesses documentos

---

<sup>13</sup> Assinale-se que a noção de camponês e de campesinato, embora controversa e polêmica na Sociologia, aparece com muita força na Sociologia rural latino-americana. José de Souza Martins (1989) oferece muitos elementos para a compreensão da questão camponesa como uma questão política de grande envergadura no

estão propondo soluções que consideram a sua existência, valores e costumes ou se situam numa mesma lógica modernizante que considera esses grupos sociais disfuncionais em relação ao desenvolvimento almejado.

### **As prescrições propositivas presentes nos RRDHs lidos à luz dos diagnósticos e das prescrições de Rodolfo Stavenhagen e Pablo González Casanova**

As prescrições, dos RRDHs latino-americanos, direcionam-se ao estabelecimento - por parte dos Estados em todos os seus níveis (federal, regional, local), das organizações não-estatais e dos organismos internacionais - de políticas de mudanças rumo a um desenvolvimento humano que alcance os povos mais pobres da América Latina. Neste item, especificamente, serão enfatizadas as proposições prescritivas dos relatórios de 2009-2010 referentes à América Central (PNUD/RRDH, 2009-2010;), o de 2010, correspondente à América Latina e Caribe (PNUD/RRDH, 2010) e o de 2013-2014 para América Latina (PNUD/RRDH, 2013-2014).

Assinale-se que são documentos extensos<sup>14</sup> e difíceis de ser esgotados em suas diversas nuances e proposições. Serão selecionadas, em razão de seus significados políticos, aquelas prescrições que acabam sendo ordenadoras das propostas, contidas nos RRDHs, de diminuição das exclusões sociais e políticas extremas que atingem alguns grupos sociais de modo mais profundo.

Rodolfo Stavenhagen<sup>15</sup> (2011, p.168) ressalta que, desde a Segunda Guerra Mundial, a América Latina passa a ser considerada como uma “unidade de análise e [um] bloco político”. Ampliam-se, desse modo, não somente as interpretações muito abrangentes e as pouco abrangentes sobre o continente, mas também as análises formuladoras de proposições prescritivas oriundas tanto das Ciências Sociais quanto dos organismos internacionais.

Os RRDHs, referentes ao continente, inscrevem-se nesse processo histórico de média duração que vai, no limiar do século XXI, exaltar as potencialidades de geração de políticas e

---

mundo contemporâneo. Ver ainda: (Stavenhagen, 1984; Velho, 1976; Fals Borda, 1956; Amin & Vergopoulos, 1974).

<sup>14</sup> Esses documentos têm em média 280 páginas. Trazem muitos dados, gráficos e tabelas.

<sup>15</sup> R. Stavenhagen se dedicou a diversos temas. Entre eles: Questão étnica, estado nacional, direitos humanos e fundamentais dos povos indígenas, conflitos étnicos, etnodesenvolvimento, direito consuetudinário dos indígenas, entre outros.

ações, nas áreas diversas da seguridade humana (renda, saúde, educação, direitos, trabalho, participação política, liberdade de organização), capazes de levar à reversão dos padrões de exclusão e desigualdades.

A América Latina é tomada como um bloco político e como uma unidade de análise pelos formuladores dos relatórios. Recorrendo a diagnósticos e a prescrições diversas de ações, os formuladores dos RRDHs tentam, muitas vezes, criar consubstancialidade entre o ideal propagado por eles e as formas de organizações sociais latino-americanas. Fazem isto no intuito de encontrar caminhos participativos e que difundam valores territoriais participativos. Por tratar-se de proposições prescritivas que tentam alcançar o continente como um todo, eles recorrem a equiparações bastante genéricas entre os diversos grupos que são extremamente pobres e excluídos. Isso possibilita a construção de atalhos entre os ideais que envolvem a expectativa de ampliação do desenvolvimento humano e as supostas metas que deveriam ser, segundo eles, perseguidas<sup>16</sup>.

As proposições prescritivas ganham, desse modo, um aspecto de crença absoluta no encaminhar-se para alcançar o desenvolvimento humano. As prescrições vão ganhando, mais e mais, uma feição, de fé social na razoabilidade, na exequibilidade e nas potencialidades das políticas em prol do desenvolvimento humano. Isto vai ganhando forma a ponto de os ideais e as metas se sobreporem (Rezende, 2015) aos fatos que, comumente, afugentam tais políticas inclusivas.

Ao tomar o ideal de desenvolvimento humano como um valor máximo, seus elaboradores buscam soluções que combatam as desigualdades, a pobreza e as diversas formas de exclusões. Os elaboradores dos relatórios regionais, referentes à América Latina, generalizam as prescrições de tal maneira que as muitas singularidades definidoras dos processos de exclusão e de pobreza desaparecem.

Como evitar que isso ocorra? Stavenhagen (1984; 2011) e Casanova (2007; 2015) consideram que a solução é construir outros caminhos ancorados na perspectiva etnodesenvolvimentista em que os diversos grupos étnicos sejam, de fato, contemplados por acadêmicos, técnicos, planejadores e lideranças políticas, de modo geral. Seria esse o

---

<sup>16</sup> Norbert Elias (2001; 1994) considera a necessidade de levar em conta as construções ideológicas em razão dessa confusão entre o desejado e “o que existe observavelmente” (Elias, 1994, p.74). Esse caminho é, sociologicamente, mais complexo do que aquele que insiste na ideologia como “representação de uma falsificação determinada por certos interesses” (Elias, 2001, p.120).

caminho para vencer essa fé quase cega num desenvolvimento (social ou humano) generalista e supostamente abarcador de todos os povos e grupos sociais.

Sem menosprezar, mas também sem deixar de ver de modo crítico as prescrições de desenvolvimento, propostas pelas agências e pelas organizações internacionais (ONU, CEPAL<sup>17</sup>, PNUD, FAO<sup>18</sup>, UNESCO, OIT, entre outras), que entram nesse debate, produzindo proposições prescritivas diversas, Rodolfo Stavenhagen (1984, p.11) alerta para a necessidade de dar atenção aos “valores implícitos e explícitos” que acompanham os conceitos bases dos muitos diagnósticos e prescrições feitos para o continente desde a Segunda Guerra Mundial.

### **Diagnósticos e prescrições de alguns relatórios regionais referentes à América Latina: buscando elementos em Rodolfo Stavenhagen para lê-los**

Os formuladores do Relatório do Desenvolvimento Humano, de 2009-2010, ao focar as condições de violência e insegurança humanas na América Central, fornecem pistas relevantes para verificar como eles tratam tais territorialidades rurais. Eles não tratam, especificamente, das formas de reversão da pobreza e da exclusão, em que vivem os camponeses<sup>19</sup> indígenas<sup>20</sup> nos países que formam essa região, uma vez que se ocupam, com

---

<sup>17</sup> Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)

<sup>18</sup> Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

<sup>19</sup> Destaque-se que Stavenhagen (1993, p.61) ressaltava que os camponeses indígenas foram os que carregaram o mais pesado fardo do processo de colonização da América Latina. Eles não são uma categoria que se desenvolve após o fim das colônias, eles estiveram presentes durante e depois da condição colonial.

<sup>20</sup> Este conceito camponês indígena tem uma história conturbada na América Latina, tal como a categoria camponês. No Brasil, esta discussão tem nuances diversas. Roberto Cardoso de Oliveira (1970, p.436), afirmava que já havia, naquele momento, década de 1970, no Brasil, estudos suficientes de “grupos indígenas feitos do ponto de vista da fricção interétnica [que] oferec[iam] evidências tais que nos permitem classificá-los como comunidades campesinas”. Desde, então, são frequentes os questionamentos sobre a possibilidade de tipificar os povos indígenas, no Brasil, como camponeses, os quais seriam, sobretudo, coletores e caçadores (Tommasino; Almeida, 2014). No entanto, são muitos os estudiosos latino-americanos (Stavenhagen, 1984; 1993) que construíram uma vasta literatura sobre esta noção de camponês indígena para pensar outras regiões do continente, o que foi feito tanto para caracterizar uma forma de estar no mundo (Bartra, 2015) quanto “sus formas identitárias y de organización” (Vallejo, 2019). O sociólogo Armando Bartra (2008) cunhou o conceito “campesíndios” para designar um dado modo de ser, de viver, de produzir e de atuar politicamente contra as opressões (Bartra; Otero, 2008).



mais vigor, das regiões urbanas nas quais a violência e a insegurança ganham dimensões mais abrangentes em razão das condições de concentração de jovens pobres desempregados ou subempregados nas metrópoles. Isso se deve ao fato de que esse relatório objetiva discutir as condições de violência que assolam a América Central no limiar do século XXI.

Evidencia-se, nesse documento do PNUD, que não há possibilidade de pensar o mundo rural sem contextualizar os processos de mudanças pelos quais tem passado o ambiente em que vivem os camponeses pobres. A globalização é mostrada como propiciadora de transformações consideráveis na vida dos camponeses. *“Lo primero que hoy tienen en común los países centroamericanos es el estar inmersos en el proceso de globalización, lo cual afecta profundamente a todos los subsistemas sociales”* (PNUD/RRDH, 2009-2010, p.156).

As mudanças se situam, segundo os formuladores desse relatório, não somente no âmbito da economia doméstica e vital, mas também na cultura e nas formas de consumo e/ou de geração de desejos de consumo muitas vezes, não de todo condizentes com o meio rural. Nesses espaços, em algumas situações, os jovens acabam cooptados pelo crime organizado modificador das relações comunitárias em muitas zonas rurais da América Central. É evidente que esses tipos diversos de organização criminosa transformam algumas localidades em territórios sem Estado, já que elas passam a ser dominadas por perpetradores de toda forma de crime. Manifestam-se assim, muitos desafios para a vida rural à medida que se ampliam *“las oportunidades para el delito y la fortaleza de las organizaciones criminales”* (PNUD/RRDH, 2009-2010, p.156). Tais condições

*Lleva[m] a un orden social contrario a las ideas de un orden democrático moderno y basado en el Estado de derecho. Esos órdenes sociales germinan y se consolidan con más facilidad en comunidades semiurbanas y rurales donde el Estado no llega o no se ha modernizado* (PNUD/RRDH, 2009-2010, p.143).

As zonas rurais não são vistas como envolvidas por relações românticas e mumificadas, mas sim como lócus de mudanças correspondentes aos processos sociais mais amplos, como a globalização econômica, política, cultural e de delitos diversos. A insegurança e a violência, nos espaços rurais, acabam sendo extremamente complexas (PNUD/RRDH, 2009-2010), já que podem suprimir formas de vivência que haviam durado

anos, décadas ou séculos a fio. Mas, alertam os autores, há singularidades, nesses espaços, as quais devem ser consideradas ao se lidar com tais situações delituosas.

Por que essas considerações são relevantes para este artigo? Porque chama a atenção para o fato de os diagnósticos e as prescrições, acerca da condição de pobreza e de exclusão, no meio rural, terem de considerar as mudanças ingentes pelas quais tem passado a vida rural, em todos os seus aspectos (econômicos, sociais, culturais) nestas últimas décadas. Esses espaços, assim como todos os demais, sofrem as consequências “(a) [d] el debilitamiento del Estado nacional; (b) [de] la consiguiente desregulación de las actividades económicas a favor del mercado” (PNUD/RRDH, 2009-2010, p.156).

Diagnosticam, então, os elaboradores do RRDH de 2009-2010, que parte expressiva das dificuldades de reversão das exclusões profundas que atingem os camponeses pobres, indígenas e não-indígenas, da América Central, devem-se ao modo como eles estão sendo atingidos pelos desafios globalizantes que fragiliza o Estado e sua capacidade de intervir com políticas públicas favoráveis a esse grupo social.

Ao pensarem-se essas considerações do RRDH 2009-2010, referentes à América Central, à luz das proposições de Rodolfo Stavenhagen, chega-se a saber que os relatórios regionais tocam na questão do colonialismo europeu vivido na região, desde o século XVI até os processos de independência, mas não se atêm ao processo de colonialismo interno<sup>21</sup> (Mills, 1963; Stavenhagen, 1984; Casanova, 2007) que tem tido papel central no modo como o capitalismo grotesco (Bartha, 2015) se acopla à lógica global. Os grupos excluídos e mantidos perenemente nessa situação, vivenciam uma colonização interna, implantada por um conjunto de relações sociais em que se vivenciam ações, práticas e procedimentos que impedem qualquer autonomia dos camponeses indígenas e/ou pertencentes a outros grupos étnicos<sup>22</sup>. Tais relações de domínio atingem também diversos outros grupos excluídos. Pode-se dizer, então, que “*el colonialismo interno corresponde a uma estructura de relaciones*

---

<sup>21</sup> Pablo González Casanova (2007, p.8) diz que o conceito de colonialismo interno foi cunhado, primeiramente, por Charles Wright Mills. No entanto, Juan Vicente Iborra-Mallent e Daniel Montañez-Pico (2020, p.1) insistem que Harry Haywood (1898-1985), o qual considerava “o racismo um problema, principalmente, econômico, sustentou que a população afro-americana era tratada como uma ‘colônia interna’”. Por essa razão, este pensador negro teria posto as bases para o desenvolvimento do conceito de colonialismo interno.

<sup>22</sup> Em Sete Teses equivocadas sobre a América Latina, Stavenhagen (1965) já utilizava a categoria camponeses indígenas para discutir nacionalidade, etnicidade e integração nacional na América Latina.

*sociales de dominio y explotación entre grupos culturales heterogéneos, distintos”* (Casanova apud Rosenmann, 2015<sup>a</sup>, p.40).

Esse processo de colonização interna, segundo Stavenhagen (1984; 2011) tem de ser posto à frente de todo e qualquer diagnóstico para detectar como, na atualidade, se tem complicado ainda mais a situação dos camponeses pobres cuja vida é destruída pela violência decorrente de muitas práticas delituosas que atingem algumas territorialidades rurais. Tais práticas não procedem, na atualidade, somente do crime organizado que tem invadido algumas dessas regiões, mas também de sistemas de expropriação, exploração e inobservância de direitos de organização social e política, que, de modo geral têm estado presentes no Brasil (Rezende Figueira, 2008; Martins, 1980), em particular, e na América Latina, de modo geral, ao longo da história.

Não há dúvida de que, ao falarem dos problemas ligados à violência no mundo rural, hoje, a qual impacta a produção material e imaterial das pessoas que vivem nessas localidades da América central, os formuladores, dos RRDHs 2009-2010, dão centralidade aos acontecimentos do momento presente. Os diagnósticos e as prescrições postas nos relatórios referentes não só à América Latina, mas também a outros contextos regionais e globais, derivam de um modo particular de tratar os fenômenos sociais, ou seja, como que destituídos de processualidade histórica, sem a qual, ensinam Stavenhagen (2011), Fals Borda (2017), Fals Borda, Campos, Luna (2017) e Casanova (1998)<sup>23</sup>, não se tem a dimensão do significado real da violência na vida dos camponeses indígenas ou não-indígenas. O grande desafio é, então, entender como eles têm sobrevivido a essa violência. De que modo? Com quais estratégias? Com quais tipos de sofrimentos individuais e coletivos<sup>24</sup>.

Quais são os principais diagnósticos que aparecem no RRDH 2009-2010, referente à América Central? Em primeiro lugar, deve-se dizer que esse relatório se ocupa de expor a temática da violência e como esta tem generalizado e atingido o mundo urbano e o mundo rural. Com base no texto *Repensar América Latina desde la subalternidad: el desafío de Abya Yala*, de Stavenhagen (2011), é perceptível que os formuladores de documentos desejam demonstrar que há uma situação de anomia alastrada.

---

<sup>23</sup> Nesse texto Pablo Gonzales Casanova (1998) faz uma reflexão ancorada numa perspectiva sócio-histórica acerca do modo como os camponeses indígenas vão formulando meios linguísticos e políticos de expressar como entendiam o autoritarismo e a violência aos quais estavam submetidos.

<sup>24</sup> A Sociologia contemporânea tem problematizado o tema do sofrimento individual e coletivo. Sobre isso ver: (Bauman, 1999; Bourdieu, 2003; Elias, 1991).

Essa constatação acerca de uma anomia alastrada não é, de fato, uma invenção dos elaboradores desses materiais, pois diversos cientistas sociais (Weffort, 1995, por exemplo) vêm ressaltando isso ao longo do século XX e XXI. De alguma maneira, debatia-se, com muita frequência, na segunda metade do século XX, o receio de que, na América Latina, se ia a passos largos para uma crise sem precedentes. Weffort (1995), entre outros, prescrevia a construção de novos consensos sobre como evitar o desmoronamento social e político do continente. Stavenhagen (2011) discute essas teses acerca da expansão da anomia na América Latina. Sua crítica é que elas, muitas vezes, não refletem acerca do colonialismo interno.

De certa forma, aos conteúdos postos nos RRDHs, referentes à América Latina, também falta uma perspectiva de exposição dos diagnósticos e das prescrições, em que apareçam, de modo mais denso, os processos de colonização externa e interna. Tentam encontrar meios de convencer governantes, organizações da sociedade civil, acadêmicos, organismos internacionais, entre outros, da necessidade de gerar um novo consenso capaz de levar ao combate da anomia, expressa em tipos diversos de violências, que ameaçam a América Latina.

No entanto, os diagnósticos e as prescrições são formulados com base em elementos genéricos que não possibilitam o enfrentamento do colonialismo interno nos moldes tratados por Casanova e Stavenhagen. Isso oblitera o fato de ser a “América Latina uma justaposição de parcelas da realidade cuja racionalidade remete a temporalidades distintas” (Bonilla, 2008, p.196).

Aparecem, então, os seguintes diagnósticos causadores da violência, quando os produtores do relatório de 2009-2010 se referiam aos problemas internos que levavam a uma situação anômica, capaz de arruinar o mundo urbano e o mundo rural na América Central: famílias em tensão, lares incompletos, traumas migratórios, abundância de jovens marginalizados e excluídos, fartura de armas e drogas e expansão da naturalização, cada vez mais acentuada, da cultura da violência (PNUD/RRDH, 2009-2010).

Claro que no que tange a naturalização da violência, é possível estabelecer correlações entre o que consta no relatório de 2009-2010 e a noção de colonialismo interno, o qual tem como um de seus efeitos principais a sedimentação de uma cultura da brutalidade, da não-observância dos direitos fundamentais e humanos, da marginalização e da exclusão

imposta, pelos setores preponderantes, a alguns grupos étnicos e sociais. Mas, se os elaboradores desse relatório entrassem por esse caminho, eles teriam de elaborar prescrições distintas daquelas que formulam. Todavia, não o fazem visto que suas proposições prescritivas giram em torno da necessidade de desmilitarização, de avanço em políticas de redução da criminalidade, de ampliação de serviços urbanos, de implantação de polícias comunitárias e de controle civil sobre elas, de mudanças na justiça penal, entre outras propostas.

É como se fosse possível gerar novos ordenamentos sociais sem dismantelar o colonialismo interno e sem considerar, dizia Stavenhagen (2011) parafraseando Nestor Canclini (1989; 1999), a “heterogeneidade multitemporal das culturas Latino-Americanas” (Stavenhagen, 2011, p.171), geradoras, por si sós, de processos de violência que se vão consolidando e se tornam de difícil dissuasão. Quando, os formuladores do RRDH 2009-2010 tentam prescrever ações para combater a violência que atinge os camponeses e/ou o mundo rural de maneira geral, eles o fazem sem saber de quais experiências, trocas e práticas, dispõem esses grupos nos seus intentos de combater a belicosidade, seria possível lançar mão, quando se trata, por exemplo, do mundo rural, para gerar modalidades específicas de combate à violência.

Stavenhagen (2011), Fals Borda (2015; 2017) e Casanova (1998; 2007) apontam para a necessidade de pensar se é possível tomar os camponeses indígenas como atores com capacidade de indicar caminhos para o combate à violência e à marginalização. Orlando Fals Borda é, sem dúvida, o cientista que, por meio da pesquisa-ação<sup>25</sup>, trabalhou de modo mais detalhado com as experiências e vivências dos camponeses indígenas. Ele o fez para demonstrar que seus modos de viver, produzir, saber, conhecer e entender o mundo e as relações sociais estabelecidas entre eles, deveria guiar todo diagnóstico acerca das realidades que os envolvem.

As proposições prescritivas dos elaboradores do RRDH 2009-2010 se situam no âmbito de uma compreensão da modernização como progresso no combate à violência<sup>26</sup>. Há

---

<sup>25</sup> “Como uma técnica de observação e análise de processos e fatores que incluí, dentro de seu desenho, ação dirigida a alcançar determinadas metas sociais, políticas e econômicas. (...) A inserção incorpora os grupos de base como sujeitos ativos (...) e não objetos de investigação” (Fals Borda, 2014, p.243).

<sup>26</sup> A teoria da modernização assenta-se na tipificação de dois modelos de sociedade: a tradicional e a moderna. A primeira tratada como atrasada e desmotivada, psicossocialmente, para buscar inserir-se nas sociedades avançadas. É uma perspectiva etapista para a qual o destino de todos os povos é seguir numa única direção.

um viés das teorias da modernização que ordenam as proposições prescritivas dos Relatórios do Desenvolvimento Humano em geral; tal viés aparece, com certa força, nesse documento de 2009-2010. E aparece como? Num primeiro plano, aparece como uma crítica à modernização acelerada que gera todo tipo de anomia, pois *“implica desarraigamentos masivos (por ejemplo una muy rápida urbanización) y si agrava la desigualdade – debilita los controles tradicionales y eleva, por esta vía, la incidencia del delito”* (PNUD/RRDH, 2009-2010, p.37). Aparece, então, no relatório uma crítica a um tipo de modernização: a acelerada. Porém, os produtores do documento advogam outra modalidade de modernização.

O núcleo da teoria e da prática que se convencionou chamar de modernização é a convicção de que há um modelo, concebido a partir de uma episteme eurocêntrica, de mudança social, econômica e política, que deve ser seguido. Embasa esse modo de agir e pensar a convicção de que a modernização é um processo construído de cima para baixo. São os governos, as lideranças políticas, as instituições, os homens de negócios, os intelectuais, as organizações internacionais, entre outros segmentos preponderantes, os responsáveis por conceber e implementar as mudanças. Na verdade, a teoria da modernização é um conjunto de pressupostos teórico-práticos que agasalha muitas vertentes e pressupostos.

Stavenhagen e Casanova são contrários a esse modo de agir e de pensar dos proponentes das prescrições inscritas nas muitas teorias da modernização. E o são por várias razões impossíveis de detalhar neste artigo. Mas, uma das razões principais é que os cientistas sociais em questão concebem os processos de mudanças a partir do modo como os grupos excluídos e marginalizados entendem e expressam racionalidades e sentimentos.

É o que Fals Borda (2014; 2015) denomina de um sentir pensante. O fazer, o realizar é algo não só impregnado de racionalidade, mas também de sentimentos, ou seja, de um modo específico de sentir e vivenciar a vida em sociedade. Muito distinto de Fals Borda e de Stavenhagen era Gino Germani (1962), por exemplo. Adepto da teoria da modernização na América Latina, este último considerava o continente a partir da tipificação tradicional e moderna. Para ele prevalecia, no continente, tipos de organizações tidas como iniciais e tendentes à modernização nos moldes europeus<sup>27</sup>.

---

Agarrar-se a modos de viver, produzir, conhecer e saber de comunidades tidas como tradicionais é algo condenável para os partidários da modernização. Um ótimo esforço de sistematização dessa abordagem está em: (Pinheiro Machado, 1970).

<sup>27</sup> David McClelland (1961) se destacou, no Hemisfério Norte, como difusor da teoria da modernização.

Há uma ideia de temporalidade, nos diagnósticos do RRDH 2009-2010, acoplada, de algum modo, às perspectivas de modernização que ganhou terreno no continente, desde meados do século XX. É como se houvesse uma temporalidade una e portadora de uma única diretividade. Stavenhagen (2011, p.173) menciona Heraclio Bonilla (2008) para dizer que a América Latina deve ser pensada como portadora de tempos justapostos, racionalidades distintas e temporalidades diversas. Portanto, pode-se dizer que as soluções genéricas presentes no relatório correspondente à América Central repetem os mesmos equívocos de outras prescrições vindas de intelectuais e organizações internacionais que deram vida às teorias da modernização.

Enquanto os autores eleitos para esta reflexão estão em busca da superação dessas ordenações diretivas e lineares, as orientações prevaletentes nos relatórios regionais do PNUD, sobre a América Latina, guardam semelhanças com esse *corpus* teórico que prevaleceu no continente desde a década de 1950. Todavia, deve-se destacar que tais similaridades vêm acompanhadas de descarte de alguns pressupostos da teoria da modernização. Muitas vezes, os elaboradores dos RRDHs regionais, referentes ao continente, citam autores que chegam, até mesmo, a rechaçar este *corpus* teórico, mas no computo geral há uma mensagem embutida que se articula, em alguns pontos, com os parâmetros formadores dos diagnósticos e prognósticos desse modo de pensar as mudanças sociais, o qual é sustentado em uma lógica prevaletente no Hemisfério Norte e que domina o modo de pensar no continente. Veja-se a passagem abaixo:

*La globalización ha transformado el papel de América Central en la división internacional del trabajo, especialmente en lo que respecta a su relación con Estados Unidos. Estos cambios por supuesto han sido fuente de crecimiento económico y modernización social, pero también de desajustes sociales que corroen la solidaridad y sirven como caldo de cultivo para la delincuencia (PNUD/RRDH, 2009-2010, p.157).*

Não se deve imaginar que os elaboradores desses relatórios referentes à América Latina inscrevam seus diagnósticos e prescrições em nuances e aspectos já superados das teorias da modernização. Suas formulações são hoje sofisticadas e ambivalentes no que diz respeito a elas. Ambivalentes porque muitas vezes apontam para lados opostos. Ou seja, há momentos em que seus flertes com esse tipo de abordagem não são facilmente perceptíveis. Há, porém, outros momentos em que isso é bem evidente. As ambivalências e ambiguidades

tornam os conteúdos desses materiais muito complexos. Ao comentarem o avanço do crime organizado nas zonas rurais e semiurbanas, eles dizem que tal situação

*(...) lleva a un orden social contrario a las ideas de un orden democrático moderno y basado en el Estado de derecho. Esos órdenes sociales germinan y se consolidan con más facilidad en comunidades semiurbanas y rurales donde el Estado no llega o no se ha modernizado (PNUD/RRDH, 2009-2010, p.143).*

Qual é o elemento essencial que, segundo Stavenhagen (2011), deve ser enfrentado nas abordagens referentes às teorias da modernização, antigas ou modernas? É a ideia do desenvolvimento como progresso. Mas é inegável que o desenvolvimento humano, com todos os méritos que possui por criticar a disjunção entre direitos humanos, segurança humana e desenvolvimento, sugere uma ideia de progresso eurocêntrica. Pode-se questionar: O que seria um Estado modernizado, conforme acima mencionado? Seria, como pergunta Stavenhagen (2011, 1984), aquele que opera um processo de assimilação de todos os povos e grupos sob uma mesma lógica social e política, pautada na ideia de que o modo de vida dos indígenas e dos camponeses pobres atrapalham o progresso? (Stavenhagen, 2011).

Um Estado modernizado seria aquele que se propõe a superar os atrasos e implementar o progresso a qualquer custo? (Stavenhagen, 2011). Muitas vezes, segundo seu entendimento, as prescrições de desenvolvimento como avanços modernizadores insistem que os grupos excluídos e marginalizados “são sujeitos de direitos, mas objetos de políticas públicas” (Stavenhagen, 2011, p.179). Há, então, uma disjunção entre ser sujeito de direitos e ser objeto de políticas governamentais. Esmiuçar todas as nuances das narrativas sobre desenvolvimento permite, assim, desvendar os muitos obstáculos que as muitas propostas, ainda que bem-intencionadas, trazem consigo e servem como sustentáculo de políticas e práticas incapazes de proceder a mudanças, reais e expressivas, na vida das pessoas excluídas.

O que seria para Stavenhagen (2011) uma mudança expressiva? Seria a geração de uma cidadania em que os direitos humanos individuais e os direitos humanos coletivos não estivessem dissociados. Seria ainda o combate a essa disjunção entre ser sujeito de direito e ser objeto de políticas, territorialmente, descontextualizadas. No caso de muitos grupos, na América Latina, - os camponeses indígenas, por exemplo, - muitas vezes lhes são negados os seus direitos coletivos comunitários. Também são negadas a eles políticas sociais geradas a



partir de demandas coletivas, as quais deveriam ser tomadas como dotadas de capacidade de combater diversas mazelas sociais.

Todavia, Stavenhagen destaca que os embates dentro das Nações Unidas têm ajudado na expansão das proposições prescritivas em torno do reconhecimento dos direitos humanos coletivos<sup>28</sup>. Segundo ele, os direitos humanos não podem ser concebidos somente como direitos individuais. Eles têm de ser concebidos como direitos humanos coletivos (Stavenhagen, 2011, p.182). A disjunção entre direitos humanos individuais e direitos coletivos desmantelam qualquer proposta de desenvolvimento. Com base em suas reflexões, pode-se dizer que esse seria um elemento central para pesar a real densidade das prescrições amplificadoras do desenvolvimento humano feito pelo PNUD por meio dos RDHs e dos RRDHs.

### **As prescrições propositivas presentes nos RRDHs lidos à luz dos escritos de Pablo González Casanova**

Pablo González Casanova (1998) ressalta que têm sido muitas as prescrições, emanadas de fontes diversas, que sugerem aos camponeses indígenas a construção de suas demandas de modo a apagar sua condição étnica e camponesa. Esse tipo de raciocínio despreza suas estratégias, sua autonomia, seus valores construídos ao longo dos séculos. Há uma “base histórico-política” (Casanova, 1998, p.43) que, na maioria das vezes, não é considerada nas proposições prescritivas de modo geral.

Assinale-se que ele não está se referindo aos organismos internacionais e/ou ao PNUD e a seus relatórios, mas sim às várias “ideologias e posições teóricas”<sup>29</sup> (Casanova, 1998, p.43) que, ao longo do século XX e no limiar do XXI, têm ajudado a formatar proposições prescritivas que não levam em conta – ou levam de modo muito superficial – as experiências próprias das populações submetidas às exclusões devidas a um arraigado colonialismo interno.

---

<sup>28</sup> Ele está se referindo à importância da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos povos indígenas (ONU, 2007).

<sup>29</sup> Pablo González Casanova (1998, p. 44) tece críticas a muitas posições políticas e ideológicas, ou seja, as vigentes desde o marxismo, em suas várias vertentes, até os nacionalistas, populistas, paternalistas autoritários e ao culturalismo aliado com “as ideias de modernização, progresso e desenvolvimento”.

Se há uma combinação predominante, na América Latina, de perspectivas culturalistas, modernizadoras e desenvolvimentistas no trato das exclusões e marginalizações dos camponeses indígenas, deve-se indagar como os RRDHs, que se referem ao continente, destoam, ou reiteram, esse modo autoritário, oligárquico, paternalista de lidar com as experiências indígenas formadas numa luta constante contra o extermínio físico, moral e cultural. Casanova diz que os camponeses indígenas “elaboraram conceitos de liberdade, democracia e justiça” (Casanova, 1998, p.45) que deviam ser considerados em toda e qualquer proposição prescritiva feita a esses povos. Pode-se perguntar, então, se é possível diagnosticar e prescrever ações, procedimentos e práticas em prol do desenvolvimento humano sem se ater ao modo desses povos conceberem tais noções.

De algum modo, ainda que de relance e com pouca consistência, há algumas passagens, nos RRDHs referentes à América Latina, que mencionam, como positiva, a forma de organização social e política dos camponeses indígenas<sup>30</sup>. Como não foram alcançados por qualquer progresso social e econômico, eles passam, dizem os formuladores do RRDH para América Latina de 2016, a questionar tais pressuposições assentadas numa suposta melhoria das condições de vida no continente. Por isso

*Los conceptos de vivir bien, buen vivir, solidaridad y comunidad refieren no solo a ideas o aspiraciones, sino también a proyectos colectivos de bienestar —construidos en algunos casos a través de las prácticas de autogobierno indígena, la administración de la tierra o el territorio, y el ejercicio de la justicia consuetudinaria (PNUD/RRDH, 2016, p.164)*

É relevante observar que se constatam tanto nos RDHs globais quanto nos regionais (ou continentais) algumas distâncias, ora maiores ora menores, entre os diagnósticos e as prescrições. E, sem sombra de dúvida, nos documentos atinentes à América Latina, quando se trata de diagnósticos acerca da pobreza, da marginalização, da miserabilidade e da exclusão dos povos indígenas, os elaboradores dos documentos reconhecem que, conquanto não tenham sido alcançados por políticas públicas e pela garantia de seus direitos, eles

---

<sup>30</sup> “Se estima que la población indígena de la región (17 países) comprendía en 2010 al menos 44,8 millones de personas” (PNUD/RRDH, 2016, p.164). Uma parte expressiva dos indígenas vive na zona rural. Claro que existem diferenças entre os diversos países.

resistiram e criaram demandas requerendo que seus modos de produzir, de trabalhar e de se organizar fossem respeitados.

No entanto, quando os formuladores de tais documentos direcionam os diagnósticos rumo às prescrições, nota-se que nelas vêm à tona recomendações dissociadas do modo de ser, pensar, sentir e agir dos camponeses indígenas. As prescrições acabam reiterando modos genéricos de desenvolvimento social e humano, ou seja, pouco afetos às singularidades desses grupos, o que não quer dizer que não sejam consideradas tais especificidades.

Tem-se, assim, algo mais complexo do que isso, o qual pode ser resumido da seguinte forma: a proposição prescritiva de políticas tem, pelo próprio caráter dos documentos, de falar aos governantes, a líderes políticos diversos e a diferentes lideranças da sociedade civil (que vão desde um líder sindical de trabalhadores rurais até um líder de uma associação empresarial, passando por todas as diversidades de grupos e associações que formam a sociedade civil organizada). Isso leva a uma pasteurização das recomendações de tal maneira que se apagam muitas particularidades.

Ao fazer isso, as recomendações postas nos RRDHs acabam tendo muita dificuldade de combater as relações coloniais externas e internas, as novas opressões que vão surgindo com o processo de globalização, as muitas injustiças e as inobservâncias dos direitos humanos. Pablo González Casanova (1998; 2007) oferece muitas pistas para a compreensão de como várias ações e propostas vão surgindo, com novas roupagens e fisionomias, e reiterando tanto a colonização externa quanto a interna.

Sem desconsiderar a importância de toda iniciativa de combate à exclusão e à marginalização dos camponeses indígenas e de outros grupos excluídos, encontram-se nos escritos de González Casanova centenas de elementos que levariam a detectar fragilidades incontornáveis nos RRDHs regionais. O que não quer dizer que os formuladores desses documentos não insistam *“en lo que respecta a las desigualdades asociadas al origen racial y étnico, el panorama también plantea importantes retos”* (PNUD/RRDH, 2010, p.32).

As debilidades dos documentos do PNUD não se situam no não-reconhecimento, por parte dos relatórios, dos problemas sociais, mas sim na dificuldade política de construir proposições prescritivas capazes de enfrentar as relações sociais excludentes consolidadas no continente, as quais reiteram, por caminhos diversos, o paternalismo, o populismo

autoritário, o oligarquismo, o personalismo, o militarismo, o colonialismo, em todas as suas vertentes, e as impossibilidades da democracia oriunda de uma forma de estruturação do poder que aprofundava, mais e mais, o colonialismo interno, as desigualdades de poder e a exploração de modo geral (Casanova, 1993; 1998; 2007; 2015). *“La democracia se mide por la participación del pueblo en el ingreso, la cultura y el poder, y todo lo demás es folklore democrático o retórica”* (Casanova, 1993, p. 224).

Os proponentes dos RRDHs (2010; 2013-2014; 2016), referentes à América Latina, insistem que as desigualdades de renda e de oportunidades seriam obstáculos expressivos para o avanço rumo aos direitos humanos, à segurança humana e aos direitos humanos. Todavia, parece haver dificuldade de enfrentar os desequilíbrios de poder que impedem o enfrentamento das desigualdades. Eles dão, por isso, mais atenção a alguns aspectos das desigualdades do que a outros.

Nota-se que os desequilíbrios de poder que minam a possibilidade de democracia são, minimamente, postos em relevo, evidência reveladora dos muitos impasses revelados nesses documentos, pois eles constroem uma estratégia expositiva, uma narrativa destinada a espalhar crenças na viabilidade de subverter, se bem que em parte, as desigualdades de renda e de oportunidades educacionais<sup>31</sup>. *“La desigualdad regional también se refleja en otros indicadores de desarrollo, como el ingreso per cápita, acceso a infraestructura y servicios básicos y los logros en otras dimensiones que conforman el IDH”* (PNUD/RRDH, 2010, p. 37).

É uma forma de narrativa, a dos RRDHs (2010; 2013-2014; 2016), que faz um percurso expressivamente complexo acerca das condições restritivas que as desigualdades impõem a uma enorme parcela da população. Os produtores desses documentos demonstram como elas afetam a vida das pessoas mais pobres, em todas as suas dimensões. Há, porém, um certo embaraço em apontar a profundidade dos desequilíbrios de poder.

Tal acanhamento, além de muitas outras questões, dificulta a formulação de prescrições que sejam capazes de ir além de programas focalizados de combate à pobreza. Sem se desconsiderar, em muitos contextos latino-americanos, a importância de tais

---

<sup>31</sup> *“En primer término, los países de ALC se encuentran entre los más desiguales del mundo en ingreso per cápita de los hogares: 10 de los 15 países más desiguales del mundo pertenecen a esta región”* (PNUD/RRDH, 2010, p. 37).

programas, vê-se como óbvio que eles não distribuem renda, recursos e poder. Ou seja, eles têm alcance bastante limitado. É claro que os elaboradores dos RRDHs, concernentes à América Latina, têm ciência disso e vão levantar questões sobre a diferença entre ações focalizadas de combate à pobreza e ações de redução das desigualdades. *“Si bien la reducción de la desigualdad se relaciona directamente con el combate a la pobreza, el enfoque de desigualdad requiere (...) instrumentos específicos, diferentes de aquellos que se utilizan para lograr la disminución de la pobreza”* (PNUD/RRDH, 2010, p. 117).

Ao mencionar que o combate às desigualdades depende de políticas públicas capazes de diminuir as distâncias sociais entre os estratos mais ricos e os mais pobres, os produtores do documento assinalam o quão importante é o Estado direcionar recursos para atenuar, de modo geral, as desigualdades. Porém, todas as prescrições são feitas sem se levarem em conta as condições que negam as possibilidades de construção de novos equilíbrios de poder capazes de gerar, de fato, melhor distribuição de renda, recursos e poder.

As proposições prescritivas de Pablo Gonzales Casanova vão dar destaque à necessidade de desmantelamento do colonialismo interno, o que só pode vingar com o enfrentamento da exploração e dos desequilíbrios de poder que desfazem quaisquer possibilidades de democratização e de distribuição da renda. A *autopoieses*,<sup>32</sup> entendida como um processo gerador de relações sociais inteiramente distintas das que existem na América Latina atual, implica mudanças (desenvolvimento humano, segurança humana, direitos humanos) como as que estão postas nos RRDHs voltados para a América Latina, mas terão de ir muito mais além.

E a tentativa de criar consensos<sup>33</sup> acerca das políticas possivelmente exequíveis no continente faz com que os formuladores desses documentos procurem elaborar proposições prescritivas que busquem caminhos intermediários de ações e de práticas. Fazem isso na expectativa de que governos, Estados, lideranças políticas da sociedade civil organizada, organismos internacionais negociem algumas saídas possíveis para a pobreza e as desigualdades.

Deve-se considerar que esse modo de operacionalizar propostas e prescrições, supostamente alcançáveis, através da busca de consensos, parecia exequível na última

---

<sup>32</sup> Sobre a *autopoiesis* em Pablo González Casanova, ver: (Rosenmann, 2015).

<sup>33</sup> Sobre as Nações Unidas, seus fundos, agências e programas e seus objetivos de promover o consenso, ver: (Lefort, 2000).

década do século XX e nas duas primeiras do XXI. Difundia-se, através desses documentos, que havia possibilidade de reformas capazes de levar o Estado a reorientar suas ações em favor dos *“intereses de los grupos con menor capacidad de influencia”* (PNUD/RRDH, 2010, p. 117). Em síntese, evidencia-se que o objetivo maior do RRDH de 2010 é *“orientar el debate público para poner a la desigualdad en el centro de las prioridades de las políticas públicas y proponer medidas específicas que favorezcan su reducción y, por tanto, una mayor eficacia en el combate a la pobreza”* (PNUD/RRDH, 2010, p.117).

As prescrições seguem, assim, circularmente em busca de medidas, programas e ações de combate à pobreza. As propostas de combate às desigualdades não vão muito longe, já que se tenta gerar consensos sobre políticas distributivas que envolvam os segmentos preponderantes beneficiadores do colonialismo interno. A característica deste último, como afirma Casanova (2007), é não deixar emergir novas correlações de forças que alterem, de maneira substantiva, a orientação do Estado no que tange aos seus procedimentos.

O fato de não lidar com a noção de colonialismo interno não quer dizer que os elaboradores dos RRDHs (2010; 2013-2014; 2016), referentes à América Latina, não lidam com as exclusões sedimentadas dos segmentos indígenas e afrodescendentes. O documento de 2016 (PNUD/RRDH, 2016) se dedica a analisar as condições de pobreza e de desigualdades agravadas pelo pertencimento a esses grupos.

Mas, fica subentendido que o problema não é derivado do colonialismo interno e/ou externo, e sim de um tipo de arquitetura institucional incapaz de *“construir progreso multidimensional con base en una mayor articulación horizontal (intersectorial) y vertical (interterritorial) de la política pública, y a lo largo del ciclo de vida de las personas”* (PNUD/RRDH, 2016, 3). E tudo isso só seria possível, segundo os produtores desse relatório, com a ampliação de uma participação capaz de intervir, continuamente, no processo de mudança dessa arquitetura institucional. Por esse aspecto, vê-se, a respeito disso, uma aproximação com o que vêm dizendo diversos cientistas sociais na América Latina, inclusive os dois estudados neste artigo.

## Considerações finais

Considerou-se que as ordens propositivas elaboradas pelos cientistas sociais e pelos produtores dos RRDHs, referentes à América Latina, são distintas, mas possuem alguns fios, perceptíveis e não-perceptíveis, que as ligam, de alguma maneira, não por similitude. Entre os aspectos conexos e desconexos podem-se decifrar (des)caminhos, percalços, obstáculos e desafios políticos que obstam, no continente, às mudanças rumo ao combate à pobreza extrema, às desigualdades e aos desequilíbrios de poder.

Notam-se alguns elementos conexos, os quais levam a propostas distintas de enfrentamento da pobreza e das desigualdades, que há entre as prescrições, a dos cientistas e a dos elaboradores dos RRDHs. As duas (a dos cientistas e a dos formuladores dos relatórios) orientações prescritivas, ao gerar ordens de proposições distintas, mas voltadas para resolver as profundas exclusões sociais e os desequilíbrios de poder sedimentados e assentados numa multiplicidade de heterogeneidades reunidas de modo desconexas<sup>34</sup>, lidam, enfatizando ou dissimulando, de maneira diferente, com os elementos históricos, com a situação colonial externa e interna, com os desequilíbrios de poder e com os parâmetros estruturais, sociais e culturais.

No entanto, o dado fundamental é que essa distinção prescritiva está assentada, principalmente, na maneira como se auscultam o pensar e o sentir das populações em situação de exclusões profundas e consumadas. Enquanto os cientistas estão buscando construir um corpus de diagnósticos e prescrições orientados pelas singularidades socioculturais do modo de existir, ser, agir e pensar dos povos excluídos, os formuladores dos RRDHs traçam prescrições de desenvolvimento humano baseadas na geração de alguns denominadores comuns que podem ser extraídos dos processos participativos territoriais locais (PNUD, 2016), mas sem se aterem à diversidade sociocultural e política de cada agrupamento, diversidade essa produtora e produzida pelas maneiras de pensar, sentir e agir distintos.

---

<sup>34</sup> Na sociologia hispânica latino-americana utiliza-se a noção de *abigarramiento* para tratar dessas heterogeneidades ora conexas ora desconexas no processo de construção de uma organização social excludente e desequilibrada no que tange à organização social e institucional. As sociedades, do continente, seriam compostas de heterogeneidades que se mesclam de forma desconexas, em muitos aspectos, e conexas, em outros. Como afirma Armando Bartra (2015, p.15), o capitalismo grotesco é o que é por construir essas justaposições forçadas.

Os diagnósticos e as prescrições dos elaboradores dos RRDHs, ainda que estes tentem convencer que estão, no presente, voltados para a defesa da incorporação dos mais pobres, dos indígenas, das mulheres, das crianças e de todos os excluídos, de modo geral, nas políticas de desenvolvimento latino-americano, revelam-se insuficientes, uma vez que a essência da ideia de desenvolvimento, norteadora dessa versão qualificada como humana, esbarra numa não-observância de muitas singularidades da organização social latino-americana, tal como fez, desde a década de 1950, as perspectivas modernizadoras. Parte dessas particularidades é formada por relações sociais provenientes do colonialismo interno que impõe formas de domínio, de exclusão, de exploração, de desequilíbrios de poder e desigualdades descomunais.

A análise buscou, então, retratar duas proposições prescritivas: aquelas presentes nos RRDHs referentes à América Latina e aquelas formuladas pelos dois cientistas sociais, selecionados para este artigo. Enquanto as primeiras destacam a necessidade de os governantes, Estados, organizações da sociedade civil e agências internacionais se empenharem para alcançar os grupos em processos arraigados de exclusão como única forma possível de avançar nos índices de desenvolvimento humano, as segundas revelam o quão profundas são as formas de exclusão solidificadas no continente. Levando-se em conta os principais apontamentos desses dois cientistas fica evidente a natureza tanto das ambiguidades e das ambivalências presentes nas proposições prescritivas presentes nos documentos encomendados e encampados pelo PNUD quanto dos aparentamentos com os diagnósticos e prescrições derivados das muitas teorias da modernização presentes no continente.



## Referências bibliográficas

AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. *La question paysanne et le capitalisme*. Paris: Anthropos, 1974.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. “Usos da pobreza” in BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, pp 148-157.

BAUMAN, Zygmunt. Hermenêutica e teoria social moderna in RIBEIRO DA SILVA, Fábio R. (ed.). *Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, pp 188-189. (Anexos).

BARTRA, Armando. Campesindios. aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. *Boletín de Antropología Americana*, n.44, pp.5-24. 2008.  
<https://www.jstor.org/stable/i40069615>

BARTRA, Armando; OTERO, Gerardo. Movimientos indígenas campesinos en México: la lucha por la tierra, la autonomía y la democracia in MOYO, Sam y YEROS, Paris [coord.]. *Recuperando la tierra. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2008, pp 401-428.

BARTRA, Armando. “Tiempos turbulentos: hacía la subversión carnavalesca de un capitalismo grotesco”. *Revista Ciencias Sociales*, n.38, pp.15-24, 2015.

BOBBIO, Norbert. *Teoria da norma jurídica*. São Paulo: Edipro, 2003.

BONILLA, Heraclio. “La metodología histórica y las ciencias sociales” in CADENA, Cecilia (comp.). *XX años de Ciencias Sociales*. México: Colegio del México, 2008. p. 196.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2003.

CÂNDIDO, Maria Clara de Almeida. *Desenvolvimento sustentável e pobreza no contexto da globalização: o caso de Moçambique*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

CANCLINI, Néstor, G. *Culturas híbridas*. México: DF, Grijalbo, 1989.

CANCLINI, Néstor, G. *La globalización imaginada*. Buenos Aires: Paidós, 1999.

CASANOVA, Pablo G. *A democracia en México*. México: Era, 1993.

CASANOVA, Pablo G. “La formación de conceptos en los pueblos indios: el caso de Chiapas”. *Nueva Sociedad*, n. 154, pp. 42-57, 1998.

CARDOSO de Oliveira, Roberto. Por uma Sociologia do campesinato indígena no Brasil. *Universitas*, n.6/7, pp. 433-441, 1970.

<https://periodicos.ufba.br/index.php/universitas/article/view/1014/21982>

CASANOVA, Pablo Gonzales. “Colonialismo interno” in GONZÁLEZ, Sabrina et al. (eds.). *Teoría marxista hoy: problemas y perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2007, pp.409-434. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/biblioteca> Acesso em 20 fev.2021.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. *De la sociología del poder a la sociología de la explotación*. México: Siglo XXI; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. “Colonialismo interno” apud ROSENMAN, Marcos. “Pablo González Casanova: de la sociología do poder a la sociología da explotación” in CASANOVA, Pablo Gonzales. *De la sociología del poder a la sociología de la explotación*. México: Siglo XXI; Buenos Aires: CLACSO, 2015<sup>a</sup>, pp. 9-54.

ELIAS, Norbert. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

ELIAS, Norbert. “Características universais da sociedade humana” in ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999, pp.113-145

ELIAS, Norbert. “A evolução do conceito de desenvolvimento” in *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999a, pp.159-166

ELIAS, Norbert. “Tarde demais ou cedo demais: notas sobre a classificação da teoria do processo e da figuração” in ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, pp.144-163.

ELIAS, Norbert. *A sociedade da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001a.

ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

ELIAS, Norbert. “Conceitos sociológicos fundamentais: civilização, figuração, processos sociais in NEIBURG, F. e WAISBORT, L. (orgs.) *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, pp.21-33.

ELIAS, Norbert. “Processos de formação de Estados e construção de nações” in NEIBURG, Frederic e WAISBORT, Leopoldo (orgs.) *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006<sup>a</sup>, pp.153-165.

ELIAS, Norbert. “Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais” in NEIBURG, Frederic e WAISBORT, Leopoldo (orgs.) *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006<sup>b</sup>, pp.197-231.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ESTENSORO, Luís. *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FALS BORDA, Orlando. “El campesino Cundiboyacense: conceptos sobre su pasividad”. *Revista Colombiana de Psicología*, v.1, n.1, pp.74-83, 1956.

FALS BORDA, Orlando. “Presentación” in *Conocimiento y poder popular*. Bogotá: Siglo XXI, 1985, pp.13-27.

FALS BORDA, Orlando. *Knowledge as People’s Power*. New Delhi: Indian Social Institute, 1988.

FALS BORDA, Orlando. El tercer mundo y la reorientación de las ciencias contemporáneas. *Nueva Sociedad*, n.107, pp.83-91, 1990.

FALS BORDA, Orlando. “Prólogo” in Escobar, Arturo. *La invención del Tercero Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: El perro y la rana, 2007, pp.7-10.

FALS BORDA, Orlando. *Ciência, compromisso y cambio social: Antología*. Montevideo: Lanzas y Letras, 2014.

FALS BORDA, Orlando. *Una sociología sentipensante para América Latina: antología*. México (D. F): Siglo XXI Editores: Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FALS BORDA, Orlando; CAMPOS, Germán; LUNA, Eduardo. *La violencia en Colombia*. Bogotá: Penguin Random House, 2017.

FALS BORDA, Orlando. *Campesinos de los Andes y otros escritos antológicos*. Bogotá: Universidad Nacional, 2017.

FARIA, Vilmar. “A conjuntura política brasileira”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 33, pp. 103-114, 1992.

FERGUSON, James. “Entrevista”. *Antropolítica*, n.30, pp.173-195, 2011. Disponible em: [www.revistasuff.br](http://www.revistasuff.br). Acesso 14 fev.2021

FERGUSON, James. “La maquinaria antipolítica, desarrollo, despolitización y poder burocrático en Lesoto” in Galán, Beatriz (ed.). *Antropología y desarrollo*. Madrid: Editorial Catarata, 2012, pp. 239-. 257.

GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires: Paidós, 1962.

IBORRA-MALLENT, Juan. V. & MONTAÑEZ-PICO, Daniel. (2020). Los orígenes de la idea del «colonialismo interno» en el pensamiento crítico del comunista afroamericano Harry Haywood: crónica de una conversación con Gwendolyn Midlo Hall. *Tabula Rasa*, 35, pp 89-114. Disponível em: <https://doi.org/10.25058/20112742.n35.04>

LEFORT, Claude. « O direito internacional, os direitos do homem e a ação política ». *Tempo Social*, v.12, n.1, pp.1-10, 2000.

MCCLELLAND, David C. *The achieving society*. New Jersey: Van Nostrand Cia, 1961.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação & violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. “Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia”. *Tempo Social*, v.1, n.1, pp.131-148, 1989.

MATOSO, Ruy. “Que opções para uma política cultural transformadora?” *Revista Lusófona de estudos culturais*, v.2, n.2, pp.144-164, 2014.

MILLS, Wright, Charles. “The problem of industrial development” in HOROWITZ, Irving L. (Ed.). *Power, politics, and people*. New York: Oxford University Press, 1963, pp.154.

MORAES, Alex, Martins. “Antropología del desarrollo: entre la máquina antipolítica y la máquina deseante”. *Revista Trama*, v.6, n.6, pp.23-32, 2016. Disponível em: [www.auas.or.uy/trama/index.php](http://www.auas.or.uy/trama/index.php) Acesso em 20 fev.2021.

PINHEIRO MACHADO, Lia. “Alcance e limites da teoria da modernização”. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro: v.10, n.2, pp. 169-192, 1970.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; POPPOVIC, Malak; KAHN, Tulio. Pobreza, violência e direitos humanos. *Novos Estudos Cebrap*, n.39, pp.189-208, 1994.

ONU. 2007. *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos povos indígenas*. Genebra, Nações Unidas, 2007. Disponível em: <http://www.direitosdumanos.usp.br/index.php> Acesso em 25 fev. 2021.

PNUD/RDHM (2009-2010) – *INFORME SOBRE DESARROLLO HUMANO PARA MERCOSUL*. PNUD/ONU. Innovar para incluir: jóvenes y desarrollo humano: informe sobre desarrollo humano para Mercosur. Buenos Aires: Libros del Zorzal, Programa Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD, 2009. Disponível em: <http://www.idhalcabrirespaciosparalaseguridad.org.com>> Acesso em 20 fev. 2021.

PNUD/RRDH (2009-2010). *INFORME SOBRE DESARROLLO HUMANO PARA AMÉRICA CENTRAL: IDHAC, 2009-2010: Abrir espacios para la seguridad ciudadana y el desarrollo humano*, Colombia, octubre de 2009. Disponível em <http://www.idhalcabrirespaciosparalaseguridad.org.com>> Acesso em 20 fev. 2021.

PNUD/RRDH (2010). *INFORME REGIONAL SOBRE DESARROLLO HUMANO PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE 2010: Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad*. –1a. ed. – San José, C.R.: Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), 2010. Disponível em: <[www.idhalc-actuarsobreelfuturo.org](http://www.idhalc-actuarsobreelfuturo.org)> Acesso em 26 jan.2021.

PNUD/RRDH (2013-2014). *INFORME REGIONAL DE DESARROLLO HUMANO 2013-2014: Seguridad ciudadana con rostro humano: diagnóstico y propuestas para América Latina*. Panamá, Noviembre de 2013. Disponível em: <<http://www.latinamerica.undp.org>> Acesso em 10 fev.2021.

PNUD/RRDH (2016). *INFORME REGIONAL DE DESARROLLO HUMANO PARA AMÉRICA LATINA y CARIBE: Progreso multidimensional PNUD/ONU, 2016*. Disponível em: <<http://www.latinamerica.undp.org>> Acesso em 10 fev.2021.

PNUD. Coletânea Convivência e Segurança Cidadã: Guias de gestão territorial participativa. Guia do Plano Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã. Brasília: PNUD, 2016. Disponível em: <[www.br.UNDP.org/content/dam/brazil/docs../paz/seguranca-cidadania-guia-plano.pdf](http://www.br.UNDP.org/content/dam/brazil/docs../paz/seguranca-cidadania-guia-plano.pdf)>. Acesso em 21 fev.2021.

QUIJANO, Aníbal. *Modernidad, Identidad y Utopía en América Latina*. Lima: Sociedad y Política Ediciones, 1988.

QUIJANO, Aníbal: “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”, in LANDER, Edgardo (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 1993, pp. 201-246.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina” in *Anuario Mariateguiano*, v. 9, n.9, pp.113-123, 1998.

QUIJANO, Aníbal. “El fantasma del desarrollo en América Latina”. *Revista Venezolana de economía y ciencias sociales*, v.6, n.2, pp.73-90, 2000.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade, poder, globalização e democracia”. *Novos Rumos*, n.37, pp.1-35, 2002.

QUIJANO, Aníbal. “O labirinto da América Latina: haverá outras saídas”. *Novos Rumos*, n. 43, v.20, pp.1-20, 2005.

QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

REZENDE FIGUEIRA, Ricardo. *Rio Maria: O canto da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

REZENDE, Maria José de. Uma abordagem histórico-hermenêutica dos Relatórios do Desenvolvimento Humano (PNUD/ONU). *E@Latina*, v.13, n.51, pp. 33-51, 2015. Disponível em: <http://publicaciones.sociales.uba.ar>. Acesso em 12 FEV. 2021

ROSENMAN, Marcos R. “Pablo González Casanova: sociología del poder y sociología de la explotación” in CASANOVA, Pablo González. *De la sociología del poder a la sociología de la explotación*. México: Siglo XXI; Buenos Aires: CLACSO, 2015, pp. 9-54.

STAVENHAGEN, Rodolfo. “Siete tesis equivocadas sobre la América Latina”. *Política Externa Independiente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, pp.1-21

STAVENHAGEN, Rodolfo. “Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista”. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, pp.11-44.

STAVENHAGEN, Rodolfo. O Legado de Colombo (Visto de Baixo). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 38, pp.57-74, 1993.

STAVENHAGEN, Rodolfo. “Educação para um mundo multicultural” in DELORS, Jacques et al. *Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI*. Brasília: UNESCO/MEC; São Paulo, Cortez, 1998, pp. 246-256.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Repensar a América Latina desde la subalternidad: el desafío de Abya Yala. In ARAVENA, Francisco y ALVAREZ-MARTIN, Andrea (eds.). *América Latina y el Caribe: globalización y conocimiento. Repensar las Ciencias Sociales*. Montevideo, FLACSO, 2011. p. 167-185.

TOMMASINO, Kimiye; ALMEIDA, Ledson K. Territórios e territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. *Mediações*, v. 19 n. 2, pp. 18-42, 2014.

VALLEJO ARISTIZÁBAL, Maria F. Colonialismo del desarrollo y persistencia de las narrativas andinas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

VELHO, Octávio G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.

VIOLA, Andreu. “La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo” en VIOLA, A. (comp.). *Antropología del desarrollo. Teorías y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona: Paidós, 2000, pp. 9-63.

WEFFORT, Francisco. La América equivocada. Apuntes sobre la democracia y la modernidad en las crisis de América Latina in REYNA, José (comp.). *América Latina a fines de siglo*. México (DF): Fondo de Cultura Económica, 1995, pp. 399-431.

WILKE, Helena. *Política e PNUD: resiliência, desenvolvimento humano e vulnerabilidades. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2017.*

ZINCKE, Claudio R e GONZÁLEZ, Elaine A. *El impacto de los informes de desarrollo humano del PNUD en Chile.* Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2006. Disponível em: [www.sociologia.uaurtado.cl](http://www.sociologia.uaurtado.cl) Acesso em: 08 mar. 2021.

### **As proposições prescritivas das Nações Unidas para a América Latina lidas à luz dos escritos de Rodolfo Stavenhagen e Pablo González Casanova**

**Resumo:** O objeto desta análise são os diagnósticos acerca dos entraves nas áreas sociais, econômicas, políticas e culturais que obstaculizam os processos de construção de melhorias para as populações mais pobres do continente. Tais diagnósticos foram feitos pelos *Relatórios Regionais do desenvolvimento humano (RRDHs) sobre a América Latina*, os quais são encomendados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Considera-se que uma análise documental, ancorada num dado contexto histórico e espacial, permite tanto sistematizar as proposições prescritivas feitas nos RRDHs para indicar caminhos capazes de superação de tais bloqueios quanto detectar a força e a fraqueza de tais propostas. Uma pesquisa documental histórico-hermenêutica demanda o desvendamento do contexto social que dá sentido aos diagnósticos e às prescrições feitas no interior dos documentos. À luz dos escritos de dois cientistas sociais (Rodolfo Stavenhagen e Pablo González Casanova) que buscaram desvendar os entraves econômicos, sociais e políticos, historicamente constituídos no continente, tentar-se-á averiguar até que ponto os prognósticos para abrir portas de acesso ao desenvolvimento humano dão, ou não, relevo ao fato de que há, na América Latina, grupos sociais que têm sido rechaçados e esquecidos, secularmente, por governantes, técnicos e planejadores. A busca pelo etnodesenvolvimento englobaria o desenvolvimento humano, mas iria além dele, porque pretende combater ao colonialismo interno.

**Palavras-chave:** Etnodesenvolvimento, desenvolvimento humano, América Latina, Desigualdades.

### **Las proposiciones prescriptivas de las Naciones Unidas para América Latina leídas a la luz de los escritos de Rodolfo Stavenhagen y Pablo González Casanova**

**Resumen:** El objeto de este análisis son los diagnósticos sobre los obstáculos en las áreas social, económica, política y cultural que dificultan los procesos de construcción de mejoras para las poblaciones más pobres del continente. Estos diagnósticos fueron realizados por los Informes Regionales sobre Desarrollo Humano (RRDHs) sobre América Latina, encargados por el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Consideramos que un análisis documental, anclado en un contexto histórico y espacial determinado, permite tanto sistematizar las propuestas prescriptivas realizadas en los RRDH para indicar caminos capaces de superar estos bloqueos, como detectar las fortalezas y debilidades de dichas propuestas. Una investigación documental histórico-hermenéutica exige desvelar el contexto social que da sentido a los diagnósticos y prescripciones realizados en los documentos. A la luz de los escritos de dos científicos sociales (Rodolfo Stavenhagen y Pablo González Casanova) que buscaron desentrañar las barreras económicas, sociales y políticas históricamente constituidas en el continente, intentaremos averiguar en qué medida los pronósticos de apertura de puertas de acceso al desarrollo humano ponen o no en evidencia el hecho de que existen grupos sociales en América Latina que han sido rechazados y olvidados durante siglos por gobiernos, técnicos y planificadores. La búsqueda del etnodesarrollo, como propone Stavenhagen, abarcaría el desarrollo humano, pero iría más allá, porque pretende combatir el colonialismo interno.

**Palabras clave:** Etnodesarrollo, desarrollo humano, América Latina, desigualdades.

### **The prescriptive propositions of the United Nations for Latin America read in the light of the writings of Rodolfo Stavenhagen and Pablo González Casanova**

**Abstract:** The object of this analysis are the diagnoses about the obstacles in the social, economic, political, and cultural areas that hinder the processes of construction of improvements for the continent's poorest populations. These diagnoses were made by the Regional Reports on Human Development (RRDHs) on Latin America, which are commissioned by the United Nations Development Program (UNDP). We consider that a documentary analysis, anchored in each historical and spatial context, makes it possible both to systematize the prescriptive propositions made in the RRDHs to indicate paths capable of overcoming such blockages and to detect the strength and weaknesses of such proposals. A historical-hermeneutic documentary research demands the unveiling of the social context that gives meaning to the diagnoses and prescriptions made within the documents. In light of the writings of two social scientists (Rodolfo Stavenhagen and Pablo González Casanova) who sought to unveil the economic, social and political obstacles historically constituted on the continent, we will try to



investigate to what extent the prognoses for opening doors to human development do or do not highlight the fact that there are social groups in Latin America that have been rejected and forgotten for centuries by governments, technicians and planners. The search for ethnodevelopment, as proposed by Stavenhagen, would encompass human development, but would go beyond it, because it intends to fight internal colonialism.

**Keywords:** Ethnodevelopment, human development, Latin America, inequalities.